

RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.400 - SC (2016/0106475-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : OI S.A
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR E OUTRO(S) - SC029708
RECORRIDO : IVO WARMELING
ADVOGADO : LETICIA SANDRI - SC020982

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. Complementação acionária. Exibição incidente de documentos. Código de Defesa do Consumidor. Inversão do ônus da prova. Agravo retido desprovido. Ilegitimidade passiva. Prescrição. Preliminares rejeitadas. Portarias ministeriais e responsabilidade da União. Alegações rejeitadas. Critério de cálculo da indenização. Maior cotação em bolsa. Prequestionamento. Apelo desprovido.

Em suas razões recursais, a parte recorrente alega violação dos arts. 3º, 20, § 3º, e 267, VI, do CPC/1973; 205 e 206, § 3º, IV e V, do CC; 287, II, *g*, da Lei 6.404/1976; 1º-C da Lei 9.494/1997; e 2º do CDC, defendendo: *a*) a ilegitimidade passiva em complementar ações da Telesc; *b*) a prescrição trienal ou quinquenal da pretensão de complementação de ações; *c*) a inaplicabilidade do CDC à relação societária estabelecida entre as partes; e *d*) a adoção do valor das ações segundo cotado na Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado da ação de conhecimento, em vez da maior cotação, como critério de cálculo para conversão da obrigação de subscrição de ações em indenização por perdas e danos.

Contrarrazões apresentadas às fls. 237-247 (e-STJ).

No reexame da matéria julgada em recurso repetitivo, nos termos do art. 543-C, § 7º, II, do CPC/1973, o Tribunal de origem ratificou o acórdão recorrido, por seus próprios fundamentos, relativamente ao critério de conversão da obrigação de subscrição de ações em indenização pelo maior valor da cotação em bolsa (e-STJ, fls. 255-258).

Por fim, o recurso especial teve **seguimento negado** em relação à

legitimidade passiva e à **prescrição da pretensão**, com fundamento na conformidade do acórdão recorrido com as teses fixadas nos Temas 44 e 910 dos Recursos Repetitivos; e **foi admitido** quanto ao critério de conversão da obrigação (e-STJ, fls. 285-289).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre destacar a **impossibilidade de conhecimento das** pretensões recursais sobre **legitimidade passiva** e **prescrição**. Isso porque o recurso especial ficou prejudicado em razão da denegação com base na conformidade do acórdão recorrido com teses fixadas em julgamentos de recursos repetitivos e da ausência de interposição de agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, único recurso cabível contra a referida decisão publicada em 9/5/2019 (e-STJ, fl. 290), após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Relativamente à **aplicação do Código de Defesa do Consumidor** ao caso, o recurso não pode ser provido por incidência da Súmula 83/STJ, na medida em que o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência pacífica do STJ: "aplica-se o Código de Defesa do Consumidor ao contrato em análise, uma vez que, acobertado pela relação societária, há clara relação de consumo na espécie" (AgRg no REsp 1.432.968/PR, Rel. Min. SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/3/2014, DJe 1º/4/2014). No mesmo sentido AgInt no AREsp 626.089/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/03/2017.

Quanto ao **critério de cálculo para conversão da obrigação de subscrição de ações em indenização por perdas e danos**, o recurso especial deve ser **provido**, porque o acórdão recorrido é divergente da tese fixada no **Tema 658 dos recursos repetitivos**, segundo a qual "*converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de*

Superior Tribunal de Justiça

complementação de ações, com juros de mora desde a citação" (REsp 1.301.989/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/3/2014, DJe 19/3/2014).

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, **dou-lhe parcial provimento**, a fim de determinar que a conversão da obrigação de subscrição de ações em perdas e danos observe a multiplicação do número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado desta ação de adimplemento contratual, com juros de mora desde a citação.

Em razão do resultado, mantenho inalterada a distribuição da sucumbência.

Publique-se.

Brasília, 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator